

“Trabalho Informal”: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI

Bruno José Rodrigues Durães*

“Ob, as estranhas exigências da sociedade burguesa que primeiro nos confunde e nos desencaminha, para depois exigir de nós mais que a própria natureza.”

(Goethe, os anos de aprendizado de Wilhem Meister)

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, no século XIX, era marcada pela presença substancial de trabalhadores negros (escravos e libertos) e crioulos nas ruas, os quais exerciam atividades de “ganhadores”, “carregadores” e “prestadores de serviço”, fora do núcleo central de estruturação da economia agrário-exportadora daquele período, marcado pelas condições precárias e inseguras e pelo risco de perseguição por parte do poder municipal. Nesse cenário, eles eram tipificados como “sujeitos”, “africanos” e “escravos”, sendo colocados à margem dos espaços de sociabilidade da elite “branca”.

No século XX, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil trouxe, como relação social que se hegemoneizou, o trabalho assalariado, constituído em suas formas concretas pelos trabalhadores “informais” e pelos trabalhadores “formais”.

* Graduando de Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia - UFBA. Bolsista de Iniciação Científica do Projeto “Velhos e novos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas em Salvador/BA” (PIBIC – CNPq), coordenado pela Prof. Dr. Graça Druck e vinculado ao Centro de Recursos Humanos da UFBA, na linha de pesquisa “Saúde, Trabalho e Meio Ambiente”.

Hoje, a sociedade brasileira está vivendo uma redefinição radical do mercado de trabalho, decorrente do processo de globalização, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. Os principais resultados desse processo são altas taxas de desemprego, o aumento da concentração de riqueza, da desigualdade social e, principalmente, da precarização do trabalho, bem como o crescimento de atividades não regulamentadas e do trabalho informal.

Que relações associam as atividades de rua desenvolvidas no séc. XIX às atividades informais que hoje se desenvolvem no espaço das ruas?

O presente artigo se propõe a traçar um paralelo entre os trabalhadores de rua de Salvador no século XIX e os trabalhadores de rua hoje, denominados trabalhadores informais. Para isso, parte-se do conceito de informalidade, elaborado para se referir a um processo diferenciado no uso da força de trabalho, evidenciado no século XX, quando se estabelece o "trabalho formal", aquele resultante de conquistas reivindicadas pelo movimento operário, que definiu um conjunto de direitos sociais e trabalhistas, através da regulação exercida pelo Estado.

A ATIVIDADE "INFORMAL" EM SALVADOR NO SÉCULO XIX

A sociedade brasileira do século XIX conservava bases patriarcais (patrimonial, corporativista) e, portanto, assentava-se na família (a esfera privada dominando a pública). Contudo, mais precisamente, no caso da Bahia, ela se efetivava na dominação (hegemonia) da elite "branca" e em sua perpetuação.

Em 1549, elaborou-se um projeto urbanístico que organizou a cidade em torno de um molde protecionista, numa espécie de cidade-fortaleza, denominação feita por Alberto Heráclito (1998, 1999). E isso representou um fator determinante na estrutura espaço-social da cidade de Salvador, que permanece até meados do século XIX. Com-

pondo uma cidade trancafiada nos espaços privados, sem muito controle de uma rede de relações que se constituía e se desenvolvia nas ruas e praças da cidade, nessa desordenada paisagem urbana, hierarquias sociais foram se sedimentando em pobres e pretos, homens e mulheres, livres, libertos e cativos, mendigos e vadios (Ferreira, 1998, 1999). Eles conheciam e se constituíam como seres estruturantes do ambiente socioespacial da cidade.

A elite “branca” não demonstrava maior interesse em ordenar as sociabilidades nos espaços públicos, salvo algumas intervenções feitas em feiras de bairros e largos, com o intuito de realocá-las para um mercado municipal, ou algo do tipo. Foram tentativas de ordenamento e de categorização de determinadas atividades informais que, em geral, não representavam uma melhoria para o trabalhador de rua. Dentre as atividades consideradas como informais,¹ na época, registram-se a venda de comidas típicas (quitandeiras) e a atividade dos trabalhadores de “ganho” (carregadores), entre outras.

Em Salvador, nesse período, foram efetivadas, como apresenta João Reis (1991), uma série de medidas e ações do poder público municipal e estadual (polícia), visando a controlar e a inibir essa forma de trabalho, pois ela não representava a elite branca, tampouco o progresso. Além disso, era necessário conter os ânimos desses escravos, libertos e até crioulos, mestiços (brasileiros), pois esses representavam a africanização do Brasil.

Nesse ambiente, a rua constituía-se como o reduto dos mais vivos, hábeis, e representava o espectro da liberdade para uns, dentre

¹ Diversas atividades da época foram consideradas como “informais”, por diversos autores, como Gilberto Freire, Kátia Matoso, João José Reis, Alberto Heráclito, Maria Cecília Velasco, entre outros. Compreendemos que esse conceito tem de ser revisto, por ter sido constituído em um momento histórico diferenciado. Na verdade, existe a necessidade de se pensar um conceito específico para essas atividades do século XIX; mas, por enquanto, estamos considerando atividades informais aquelas desenvolvidas em paralelo ao eixo central de estruturação da economia regional agro-exportadora e fora de quaisquer formas de proteção pelo poder instituído.

esses o escravo de ganho, o qual, de acordo com Alberto Heráclito, foi o que melhor se adaptou a esse espaço, conseguindo, inclusive, tirar proveito do controle senhorial e até manter uma relação de confiança e cooperação com o senhor, como afirmava Sérgio Buarque de Holanda (1936) em "Raízes do Brasil". Conforme Holanda, o senhor necessitava da cooperação do escravo, pois esse detinha a especialização em determinado serviço como, por exemplo, carpintaria, serraria, construção, hidráulica etc.

As mulheres pobres (libertas) demonstraram-se extremamente habilidosas, ágeis e versáteis. Elas representavam nitidamente exemplos daqueles que conseguiram driblar os obstáculos e os desafios das ruas (Ferreira, 1998, 1999), compondo a maioria dos trabalhadores informais daquele período, principalmente na área de comidas (quitutes, vatapás, caruru, mingau...).

Conforme João Reis (1991), em seu artigo "A greve negra de 1857 na Bahia", nessa época, a maioria dos negros de Salvador, escravos ou não, trabalhava na rua, ou entre a casa e a rua. Eram, em sua maioria, carregadores. "Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro", observa, em 1858, o viajante alemão Robert Ave – Lallemand. Eles se concentravam em "cantos", locais específicos da cidade, como esquinas movimentadas.

Referente aos "cantos", Reis apresenta uma análise elucidativa, possibilitando compreender o nível de organização desses trabalhadores e a resistência que manifestaram diante das regulamentações impostas pela Câmara Municipal e pelo Estado. Assim, o autor relata a "greve negra de 1857", que representou a paralisação das atividades de carregamento feitas pelos negros por aproximadamente uma semana, numa cidade onde quase tudo que saía e entrava era pelos portos.

A concentração em "cantos" era a estratégia de sobrevivência desses homens, libertos, ex-escravos e alguns escravos, no século XIX. Isso se deu, principalmente, devido à falta de espaço, numa sociedade altamente estratificada, que possuía uma dinâmica social rígida e deli-

mitada. Os estratos sociais sedimentados naquele período apresentavam atividades diferenciadas, algo que se modifica profundamente ao longo do século XX e na atual sociedade capitalista, moderna e globalizada.

Dentro desse panorama, a informalidade representava, para os escravos (negros), ex-escravos (negros) e crioulos, uma forma de sobrevivência. Entre as atividades desenvolvidas por esses trabalhadores, estava a de carregadores (carregavam de tudo, de bebida a gente nas cadeiras de “arruar”), ganhadores, vendedores, pintores, pedreiros, artesãos, mandingueiros, feiticeiros, encanadores, marceneiros, entre outras. Essas atividades que eles realizavam eram caracterizadas pelas elites como o nicho social dos excluídos e banalizados.

Uma característica do trabalho informal desse período é a predominância de negros, principalmente negros africanos, como afirma Reis (2000). A partir de 1880, ou mesmo antes, começa a ocorrer um declínio dos “africanos como senhores absolutos” dos “cantos” de Salvador. O que é evidenciado no censo de 1872, como demonstra a tabela abaixo.

TABELA 1 - Ganhadores e população de Salvador e seu termo segundo cor

Cor	Cantos (1887)	Percentual	Censo de 1872	Percentual
Pretos	1421	83,4%	27179	22,8%
Pardos	136	8%	53779	45%
Cabras	105	6,2%	Não consta	-
Caboclos	37	2,2%	2210	1,8%
Branços	4	0,2%	36.296	30,4%
Total	1703	100%	119464	100%

Fonte: Censo de 1857, extraído do artigo de João Reis “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”, 2000.

A regulamentação e o controle por parte do poder público municipal e estadual também se fazia presente no século XIX, como no caso dos ganhadores, assim como foram impostas barreiras para as vendedoras de comidas. No caso dessas, a ação possuía duas características centrais. Primeiramente, tinha um caráter de embelezar a cidade, reservar e conservar os espaços públicos da cidade para a elite

“branca”, “letrada”. Esse não poderia ser um espaço pitoresco, ridicularizado, obscuro, popular, mas sim respeitoso, limpo e ordeiro. Dessa maneira, essas vendedoras eram estereotipadas de africanas e escravas, principalmente devido às suas vestimentas e à sua cor, as quais eram relacionadas com barbárie, atraso e falta de higiene. Por outro lado, as leis representavam a tentativa do governo de constituir, em Salvador, um processo civilizatório avançado, em sintonia com o progresso e o desenvolvimento de outros países, como mais tarde a França, que vai representar, no Brasil e na Bahia, a *belle époque* francesa.²

Dessa maneira se constituiu o trabalho de rua em Salvador no século XIX, altamente marcado pela estrutura social rígida, onde diferenças raciais e sociais eram nitidamente afirmadas. Nesse bojo, processou-se a atividade não regulamentada, marcada pela busca imediata da sobrevivência, que ainda não se caracterizava pela relação de assalariamento, ou seja, eram atividades tipicamente não capitalistas, muito precárias e, por vezes, discriminadas, marginalizadas e excluídas naquela sociedade.

² Essas leis interferiram até nas festas tradicionais da cultura baiana, como a lavagem da Igreja do Bonfim e a festa do “entrudo”. A primeira foi proibida em tempos republicanos, em 7 de dezembro de 1889, pelo arcebispo Luis Antonio Santos, o que provocou uma reação das devotas, que tentaram lavar a Igreja no dia 17 de janeiro de 1890, desconsiderando a ordem do arcebispo. Elas tiveram suas vassouras e vasos apreendidos pela guarda cívica, que afirmava: “hoje, aqui não há lavagem”. A segunda foi sendo modificada desde meados do século XIX. E, em 1878, o “entrudo” foi definitivamente proibido pela polícia e, em lugar dele, foi realizado o carnaval, festa concebida como familiar e ordeira, que substituiu o entrudo, associado ao popular e “promíscuo”. Essas ações provocaram a *posteriori* reações populares, pela permanência de suas características tradicionais e africanas. Essas reações vão ser reforçadas pelo Candomblé e pelos cultos afros, assim como por suas festividades, além do apoio de alguns estudiosos e intelectuais, que consideravam importante a preservação dos traços populares africanos, como aspectos constitutivos da identidade cultural de Salvador.

A ATIVIDADE INFORMAL EM SALVADOR, NOS DIAS ATUAIS

Definindo Conceitos: setor informal, economia subterrânea (submersa, invisível)

O termo informalidade, desde sua origem, foi utilizado para estudar, entender ou delimitar um conjunto de atividades muito heterogêneas.³ Esse termo sempre foi polemizado e redimensionado, a depender da compreensão teórica e dos objetivos específicos e analíticos de cada autor. Como exemplo dessas atividades, têm-se as microempresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, a economia subterrânea ou submersa, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho a domicílio, as cooperativas de trabalho, as atividades criminosas etc. (Cacciamali, 1991; 1994; 1999; Hugon, 1997).

O uso do termo “setor informal” tem suas origens nos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do Programa Mundial de Emprego, de 1972. Ele aparece nos relatórios das condições de trabalho no Quênia, na África, onde se constatou um grande contingente de trabalhadores vivendo de atividades econômicas consideradas à margem da lei e desprovidas de qualquer proteção ou regulação pública.

As principais características constitutivas do setor informal são: 1) propriedade familiar do empreendimento; 2) origem e aporte próprio dos recursos; 3) pequena escala de produção; 4) facilidade de ingresso; 5) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; 6) aquisição de qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e 7) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (Cacciamali, 2000).

³ Carvalho (1986, p.6) “A heterogeneidade interna é percebida como um determinante básico das dificuldades para uma delimitação mais precisa e uma melhor definição operacional do setor informal.”

O ponto de partida para exame e classificação do trabalho informal da OIT é a unidade econômica. Esta é caracterizada pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas, utilização de trabalho familiar e pela quase inexistente separação entre capital e o trabalho. Tais unidades também se caracterizam pela baixa capacidade de acumulação de capital, pela pouca organização e por oferecerem empregos instáveis, sem proteção social e reduzidas rendas. Essa denominação da OIT concebia os trabalhadores informais como "marginais", geradores de obstáculos ao desenvolvimento de determinado país.

Segundo a OIT, o setor informal seria uma alternativa de sobrevivência diante do aumento demográfico e de constantes migrações do campo para os centros urbanos (para a população não absorvida no setor formal da economia).

A divisão da economia em setores (em teorias dualistas, formal e informal) foi bastante criticada, e pode-se afirmar que ultrapassada (pelo menos em seu sentido originário de um setor fechado, com seu sistema próprio e rígido de funcionamento). Isso ocorre devido, principalmente, à complexidade existente na dinâmica do processo de produção, decorrente das transformações em curso no mundo do trabalho (do capital) como, por exemplo, a reestruturação produtiva (flexibilização das relações de produção, atuação "sem fronteiras" do capital), a crise do fordismo, a globalização e o neoliberalismo. Esse fenômeno, resultante da desarticulação da estrutura produtiva, gerou uma redução do contingente de trabalhadores socialmente protegidos e, como consequência, o crescimento do número de trabalhadores socialmente não protegidos (Dedecca; Baltar, 1997).

Dividir a economia em dois setores ainda é muito simplista para traçar a situação econômica de um país. Associando o setor informal aos segmentos mais pobres da população, deixando de fora as formas de inserção do trabalhador na produção, conclui-se que esse setor

tenderia a desaparecer com o processo de industrialização e com o crescimento econômico (Cacciamali, 2000).

Outro ponto, observado por inúmeros autores (Souza e Farias 1980, Cacciamali 1983, Carvalho 1986), que rompem, em certa medida, com a posição dual e estática dos dois setores, constitui-se na subordinação do setor informal ao setor formal. Essa dependência estabelece um movimento, um ciclo econômico determinado pelo ritmo da economia formal.

Carvalho (1986, p.6) critica a dualidade formal e informal, principalmente por conceber a realidade muito mais complexa e diferenciada, com gradações e faixas intermediárias que subsistiriam, inclusive, no interior dos próprios setores.

Nesse contexto, outra concepção de informalidade passou a ser utilizada, para exprimir atividades e práticas econômicas ilegais e/ou ilícitas com relação às normas e regras instituídas pela sociedade. Com isso, ela passou a se identificar com a chamada economia subterrânea ou não registrada, ou ainda com a economia submersa, sendo redefinida, portanto, por um critério jurídico e não mais pelo uso de um critério econômico, como é o caso do primeiro conceito (Cacciamali, 2000).

Dessa forma, da informalidade podem ser apreendidas tanto inserções relacionadas a formas de organização da produção, o trabalho por conta própria e a microempresa, como também diferentes formas de assalariamento ilegal, mesmo dentro de empresas legais. Entretanto, essas diferentes formas de se inserir no trabalho possuem características em comum: “são atividades, trabalhos e rendas realizadas, desconsiderando regras expressas em lei ou em procedimentos usuais” (Cacciamali, 2000, p.153); são atividades que têm a marca transparente da precarização, pois são vulneráveis, possuem incertezas de renda e de perspectiva futura (ausência de proteção social e de regulamentação laboral); e utilizam carga horária de trabalho flexível. Enfim, são trabalhos amplamente precários e, por muitas vezes, são es-

estratégias de sobrevivência. Ou, como vêm ocorrendo na atualidade, há uma pequena parcela dos informais que consegue auferir melhores rendas em relação a média dos salários do trabalho "formal", a exemplo de pequenos comerciantes, prestadores de serviço, autônomos (Cacciamali, 1983).

Com base nessas considerações conceituais, que se referem ao desenvolvimento das formas de inserção do trabalho no século XX, quando predomina o trabalho formal (ou fordista), em sociedades desenvolvidas, que se estabelece de forma precária ou incompleta no Brasil, que apresentar-se-á um paralelo entre a informalidade "tradicional" de hoje (aquelas ocupações mais antigas de Salvador, como vendedores ambulantes de rua, vendedores de comida, prestadores de serviços) – que constituem um conjunto de atividades "não tipicamente capitalistas" – e os trabalhadores de rua do século XIX.

Evolução da Atividade Informal em Salvador

O trabalho informal manteve-se presente em Salvador por todo o século XIX, evolui no século XX e, dado o caráter restritivo da modernização da economia, cresce rapidamente nesse início do século XXI, em razão do rápido processo da reestruturação produtiva. Contudo, no início do século XX, até 1950, a Bahia, e especificamente Salvador, comportou características diferenciadas do restante do país, o que influenciou consideravelmente a atividade informal, devido à relação direta que se estabelece entre o desenvolvimento das atividades formais, o crescimento dos empregos e o aumento ou diminuição da informalidade.

O povoamento e a colonização da Bahia efetuaram-se nos marcos de uma situação de dependência, a partir do século XVI. Sua economia, de base agrário-mercantil, voltada para o mercado internacional e alicerçada inicialmente na agro-indústria açucareira, integrava-se nas correntes comerciais do capitalismo europeu. (Carvalho e Souza, 1980, p.23)

Como evidenciam Carvalho e Souza (1980), a Bahia comportou características que marcam o seu desenvolvimento posterior, ou melhor, o seu “atraso”. A Bahia se manteve estagnada frente ao desenvolvimento socioeconômico que acontecia principalmente no sul do país, conservando uma estrutura produtiva atrasada e voltada para a monocultura, tipo exportação/agroindustrial. Assim, efetivamente, as principais transformações da economia baiana só começaram a se desenvolver na década de 1950, com os investimentos do governo federal e estadual em infraestrutura, e com o início da exploração e refino do petróleo pela Petrobrás, o que gerou aproximadamente 13.000 empregos diretos (Carvalho e Souza, 1980, p.77-78), e, posteriormente, com a CHESF, o Banco do Nordeste, a SUDENE, o CIA e o Pólo Petroquímico. Esse desenvolvimento do capitalismo na Bahia provocou um aumento nas taxas de emprego, reativando os mecanismos demográficos e socioeconômicos de aumento da oferta urbana de trabalho.

Conforme Carvalho e Souza (1980, p. 92), o papel que as atividades não-capitalistas desempenham, no processo de acumulação e de expansão do capital, são consideradas de duas formas: 1) como um peso morto no processo de acumulação; 2) com uma função de assegurar uma maior exploração de força de trabalho e altas taxas de acumulação, justificada pela existência de um exército de reserva, um excedente de mão-de-obra.

Enfim, a atividade informal em Salvador desenrolou-se ao longo dos séculos, como uma forma de sobrevivência, como uma forma de inserção social precarizada, além de ter sido um degrau para o desenvolvimento do capitalismo. Como ressalta Carvalho (1986, p.5), as atividades não tipicamente capitalistas favorecem a expansão econômica e o processo de acumulação do capital, pois: (1) facilitam o lucro de empresas que se apropriaram no processo de comercialização de mercadorias, a baixo custo de aquisição; (2) asseguram a manutenção do “exército de reserva”, que o capitalismo exige e produz; (3) estimulam o maior consumo de determinadas mercadorias do setor capi-

talista, principalmente ao facilitar a sua circulação; e (4) contribuem para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho.

A proposta do presente trabalho é traçar um paralelo entre os dois momentos históricos, o do século XIX e o atual, no tocante às atividades informais. Assim, torna-se imprescindível uma ilustração do século XX e da especificidade da Bahia nesse processo, principalmente no tocante ao "atraso" socioeconômico vivenciado pelo Estado em relação ao país, visto que Salvador ocupava posição central no desenrolar do comércio na Bahia e em algumas áreas dos estados vizinhos. Esse "atraso" expressa uma segunda fase de regressão, que se inicia no fim do século XIX, e principalmente na segunda década do século XX, segundo Matoso (1978). Essa autora concebe Salvador, nesse contexto, como:

...Salvador no século XIX não perdeu sua característica de metrópole colonial, de cidade intermediária, simples entreposto de mercadorias e ponto avançado do capitalismo internacional do qual é um bom tenente. Até por volta de 1950 a principal "indústria" soteropolitana era a de produtos alimentícios (...). Essa falta de indústria, se refletia no baixo padrão da vida da população que vivia de atividades comerciais, de biscates, e da função pública que tentava absorver, nos seus diversos serviços, um excedente crônico de mão-de-obra. (Matoso, 1978, p.113)

Atualmente, o trabalho informal em Salvador está sofrendo as mudanças advindas da reestruturação produtiva e das mudanças no mundo do trabalho. No bojo dessas transformações, a informalidade tornou-se cada vez mais presente no espaço sociocultural da cidade, principalmente a partir da década de 70, funcionando como uma alternativa de sobrevivência. A atividade informal, atualmente, toma várias feições, torna-se muito mais complexa e heterogênea e, ainda assim, conserva atividades típicas daquelas de base tradicional do século XIX, como o comércio de alimentos.

Dessa maneira, a informalidade atual conforma características próprias, absorvendo tanto trabalhadores que saíram do núcleo central das relações assalariadas (Pólo Petroquímico e outras empresas), como indivíduos que, desde seu primeiro emprego só conseguiram

trabalhar em atividades próprias à informalidade (incluímos aqui as atividades mais tradicionais de comércio de rua e prestadores de serviços, etc.), ou uma pequena parcela dos trabalhadores que buscam melhores rendimentos e apostam no sonho do empreendedorismo, para ter “seu próprio negócio”.

Pensar o trabalhador de rua atual de Salvador é pensar num conjunto muito heterogêneo de atividades, o que torna difícil desenvolver uma análise mais precisa e consistente. Mas, em linhas gerais, pode-se compor um perfil parcial desses trabalhadores, utilizando os dados obtidos com a pesquisa “Velhos e Novos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas em Salvador/BA” (CRH/PIBIC – CNPq).⁴ A atividade informal, ainda, é composta por uma imensa maioria de negros 87% (somando pardos e pretos), como pode ser observado na Tabela 2. Mesmo que não se possa estabelecer uma relação direta entre as condições de estruturação das atividades da rua no séc. XIX e as atuais, pode-se inferir, no entanto, que as características histórico-culturais que estruturaram a formação de classes nessa sociedade regional, caracterizadas por hierarquias sociais rígidas, próprias a uma sociedade escravocrata, após mais de um século interferem sobre as condições de configuração do mercado de trabalho atual, definindo, para os trabalhadores negros, as ocupações e postos menos qualificados nesse mercado de trabalho.

Em relação ao sexo, entre os trabalhadores pesquisados, 58,5% são homens, e há uma participação expressiva de mulheres 41,5%. No que se refere à idade, há uma predominância da faixa etária de 25 a 39 anos, com o percentual de 39,4%, e uma parcela considerável dos trabalhadores – 44%⁵ – oriundos de um trabalho regulamentado, “formal”.

⁴ Coordenação da Prof. Dra. Graça Druck - CRH/FFCH/UFBA (2001, 2002), pesquisa em andamento.

⁵ Conforme pesquisa “Mapa do trabalho informal em Salvador”.

TABELA 2 - Distribuição dos Entrevistados por Cor

Cor	Freqüência	Percentual	Percentual Válido
Branco	17	12,0	12,1
Pardo	68	47,9	48,2
Preto	56	39,4	39,7
Total	141	99,3	100,0
Não respondeu	1	7	
Total	142	100,0	

Fonte: Mapa do trabalho informal em Salvador: UFBA/CRH 2001-2002. (pesquisa direta)

TABELA 3 - Distribuição dos Entrevistados por Sexo

Sexo	Freqüência	Percentual
Masculino	83	58,5
Feminino	59	41,5
Total	142	100,0

Fonte: Mapa do trabalho informal em Salvador: UFBA/CRH 2001-2002.

TABELA 04 Distribuição dos Entrevistados por Idade

Idade	Freqüência	Percentual
10 a 17 anos	4	2,82
18 a 24 anos	28	19,72
25 a 39 anos	56	39,44
40 a 50 anos	37	26,06
Acima de 50 anos	17	11,97
Total	142	100

Fonte: Mapa do trabalho informal em Salvador: UFBA/CRH 2001-2002.

Muitos dos trabalhadores vieram do interior da Bahia, em busca de trabalho na capital – representando um percentual de 51,4 %, e, por não encontrarem emprego “formal”, terminam por se inserir na atividade informal, o que representa uma parcela considerável dos i-migrantes. (Tabela 5)

Tabela 5 - Distribuição por local de nascimento

Local de Nascimento	Freqüência	Percentual
Salvador	60	42,3
Outra cidade da Bahia	73	51,4
Outro Estado	9	6,3
Total	142	100,0

Fonte: Mapa do trabalho informal em Salvador: UFBA/CRH 2001-2002.

Por fim, o nível de escolaridade dos entrevistados com maior incidência - 43% -, é o 1º grau incompleto, destacando-se os que têm 2º grau completo, 15%, ou até com o com curso superior completo 1,4% (Tabela 6).

Tabela 6 - Distribuição dos Entrevistados por Escolaridade

Escolaridade	Frequência	Percentual
Analfabeto	6	4,2
1º grau incompleto	61	43,0
1º grau completo	27	19,0
2º grau incompleto	23	16,2
2º grau completo	22	15,5
Superior completo	2	1,4
Total	141	99,3
Não respondeu	1	,7
Total	142	100,0

Fonte: Mapa do trabalho informal em Salvador: UFBA/CRH 2001-2002.

Contudo, pode-se observar que esses trabalhadores, a cada dia, vêm desenvolvendo novas facetas, inventando e reinventando novas maneiras de venda de serviços e de produtos. E isso, em parte, representa a “empregabilidade”, que não é algo novo nem “moderno”, e que é uma das principais características da informalidade.

A informalidade atual é constituída tanto por atividades “tradicionais” (vendedores ambulantes), como por prestadores de serviços altamente especializados (informática, estética, terapia...), além dos autônomos de um modo geral, conforme mostra a Tabela 7.

TABELA 7 - Distribuição de Atividades Atuais

Qual é atividade que você realiza hoje	Freqüência	Percentual
Vendedor (produtos diversos)	34	23,9
Condutor de Transporte Escolar	2	1,4
Taxistas	1	,7
Trabalhador autônomo	2	1,4
Pasteleiro	1	,7
Vendedor autônomo	6	4,2
Vendedor Ambulante	58	40,8
Vendedor de rua	1	,7
Camelô	16	11,3
Prestador de Serviços	3	2,1
Comerciantes	12	8,5
Comerciários	2	1,4
Comercio Informal	3	2,1
97	1	,7
Total	142	100,0

Fonte: Mapa do trabalho informal em Salvador: UFBA/CRH 2001-2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informalidade, como foi apresentada acima, possui uma importância relevante na sociedade brasileira e na sociedade soteropolitana, em especial. Isso se deve ao fato de essa atividade se constituir como um elemento formador da cultura local e do modo de ser da cidade de Salvador, como as baianas de acarajé, as quitandeiras, as vendedoras de comidas típicas. Enfim, a cidade de Salvador ainda é notadamente marcada, de modo tradicional, por algumas atividades que já se desenvolviam desde o século XIX.

É interessante atentar para a progressiva expansão da atividade informal em Salvador hoje. Ela se caracteriza como uma possibilidade de sobrevivência para uns (a maioria), servindo como uma solução imediata para o crescente desemprego estrutural; para outros, como uma possibilidade de complemento de renda; ou ainda, para alguns trabalhadores, a chance de auferir melhores rendimentos em relação à média de salário do mercado de trabalho.

O trabalho informal, tanto para os trabalhadores do século XIX como para os de hoje, é uma forma de inserção social que evidencia a

precariedade das condições de trabalho e de sua própria condição de trabalhador, atualmente com maior intensidade. São atividades marcadas pela vulnerabilidade e incerteza, tanto em relação ao trabalho como aos níveis de renda e às condições de proteção e riscos sociais.

Observa-se que a composição étnica do trabalho informal apresenta, ainda, uma participação majoritária de negros, como ficou evidenciado anteriormente. No entanto, constata-se que, no século XX, cresce a presença de trabalhadores brancos (12,1%) na informalidade. Os “ganhadores”, no século XIX, apresentavam uma participação insignificante de brancos (0,2%), enquanto os pretos representavam (83%).

No que se refere ao controle do poder público, os trabalhadores informais, em Salvador, são alvo de repressão, sendo “perseguidos” e “combatidos” pela prefeitura municipal. Uma tentativa de esconder as atividades informais, ou de inibi-las, como ocorria no século XIX, com as sucessivas perseguições aos “ganhadores” e “carregadores”, os quais, a partir de um determinado momento, só puderam exercer suas atividades livremente se estivessem devidamente registrados em um “canto” e, para isso, era feito um registro num Livro de Matrícula, controlado pela polícia. Na verdade, era feita uma ficha policial, com caracteres físicos de cada trabalhador. Hoje, os vendedores ambulantes regulamentados são obrigados a usar crachá de identificação, em alguns casos fardas, noutros há delimitação da quantidade de produtos na barraca, o uso de cadeiras, o uso do espaço público, enfim, o trabalho informal ainda é permeado por uma gama de fatores coercitivos, que, entre outras coisas, possibilitam a identificação, padronização e o “controle”.

Observa-se, também, nesse paralelo entre os dois períodos históricos considerados, uma maior heterogeneidade da atividade informal atual, mais numerosa e diferenciada. Não só o número de atividades cresceu e se diversificou, como se constata, permanentemente, a rotatividade e a introdução de novas atividades. Ao mesmo tempo,

observa-se a existência de atividades “tradicionais” (presentes no século XIX), a exemplo dos vendedores ambulantes e prestadores de serviços, que chegam a um percentual de 97,1 % da amostra, sem considerar as “baianas de acarajé”.

No século XIX, devido ao fato de a sociedade soteropolitana ser sedimentada, com seus espaços sociais pré-definidos, tornava-se praticamente impossível ocorrer mobilidade. Naquele contexto, o trabalhador que estava inserido no trabalho informal tenderia a estagnar naquela atividade e nas mesmas condições precárias, inseguras e “marginalizadas”. Hoje, existe a mobilidade e até casos – mesmo que poucos – em que alguns trabalhadores se inserem na “informalidade” e conseguem alcançar um estrato social mais elevado, ou pelo menos auferir “status” elevado, a exemplo dos trabalhadores de transporte escolar, que já conseguem auferir renda suficiente para pagar INSS, previdência privada, enfim, constituir uma gama de caracteres que possibilitem uma “boa” condição de vida. No entanto, é necessário destacar que parte desses trabalhadores já esteve inserida em atividades formais e foi demitida, não conseguindo mais emprego, o que significa uma perda e uma mudança para uma situação inferior de trabalho e de vida.

No plano mais geral, pode-se afirmar que o trabalho livre, nas ruas de Salvador, no século XIX, por mais precário que fosse, representou uma situação de avanço em relação ao período anterior (a forma de trabalho escravo). Ainda assim, não era uma atividade tipicamente capitalista (trabalho assalariado). O desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, assentado na estruturação de um setor industrial moderno, não conseguiu absorver todo o contingente da força de trabalho nacional. Neste momento, de transição do século XX para o século XXI, quando se observam a reestruturação produtiva e a desregulação dos mercados de trabalho existentes, vem ocorrendo uma espécie de regressão social da forma de trabalho. Há uma diminuição considerável do trabalho “formal” (protegido por lei) e um aumento con-

siderável da precarização do trabalho, principalmente do trabalho de rua, além dos trabalhadores terceirizados, sem registro, que estão inseridos tanto em modernas indústrias nacionais como em multinacionais, além de grandes empresas de telecomunicações/marketing, entre outras. Ainda assim, são trabalhadores precários, subcontratados, com salários inferiores e por tempo determinado, sem direitos; que também constituem uma parcela considerável dos trabalhadores informais.

Uma das grandes diferenças e, ao mesmo tempo, uma das semelhanças que se podem observar, nos dias atuais, em relação ao século XIX, é o papel do poder público em relação aos trabalhadores de rua. Sua presença ocorre, por um lado, através da repressão e da força, e não através de políticas públicas e de formas de regulação que propiciassem algumas garantias de inserção e de vida digna aos trabalhadores. Quanto a esse aspecto, há uma semelhança com a atuação do “Estado” no século XIX. Mas, por outro lado, essa ação do poder público não consegue ocultar a realidade do trabalho nas ruas em Salvador. Os “cantos” estão em todos os cantos da cidade, uma espécie de extrapolação dessas atividades por vários espaços, o que torna impossível o seu ocultamento. Assim, é muito visível o quadro de precarização – que se choca com a beleza natural da cidade – dos que, sem outra alternativa, vão ocupando cada vez mais espaços nas ruas, para exercer a sua atividade de trabalho e conquistar a sobrevivência.

(Recebido para publicação em agosto/2002)
(Aceito em setembro/2002)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses no mundo do trabalho. In: GOMES, Álvaro (Org.). **O trabalho no século XXI**: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001.

BALTAR, Paulo Eduardo Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvatori. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, IPE – USP, São Paulo, 1997, v.27, n.especial, p.65-84.

- CACCIAMALI, Maria Cristina. A economia informal 20 anos depois. **Indicadores Econômicos** – FEE, Porto Alegre, v. 21, n.4, jan., 1994.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.) **Distribuição de rendas no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.121-143.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp. I.E., jun., p.152-174. n.4, 2000.
- CARVALHO, Inaiá. **Problemas de emprego em áreas urbanas da Bahia**. Salvador: CRH/UFBA, 1976.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de; SOUZA, G. A. A. A produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci A. Alves de; FARIAS, V. **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.
- DRUCK, Maria da Graça. **Velhos e novos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas em Salvador**. Salvador: CRH/UFBA, 2000/2001. Projeto individual de pesquisa – CNPq, mimeo.
- HUGON, Philippe. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.18, n.2, p.32-63, 1997.
- FERREIRA, Alberto Heráclito Filho. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador. **Revista Afro-Ásia**, [S.l.], n.21-22, p.239-256. 1998/1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IVO, Anete Brito Leal. **Pesca: tradição e dependência**. Salvador: 1975. 225p. Mestrado (Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no império**. Trad. de Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 747p.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. 387p.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Para uma história social seriada da cidade do Salvador no século XIX. **Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia**, Salvador, p.147-198, 1976.
- REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista da USP**, São Paulo, n.18, jul./ago., 1991.
- REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. **Revista Afro-Ásia**, [S.l.], n.2, p.199-242, 2000.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.
- SOUZA, Guaraci A. A. de; FÁRIA, Vilmar. (Orgs.) **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes, 1980. 214p.